

## Recomendação n.º 51

### **Valorização dos coprodutos da pesca das Regiões Ultraperiféricas (RUP)**

O maior sector da aquacultura nas RUP, é a piscicultura marinha. Estima-se que a produção da piscicultura marinha no conjunto das RUP, seja de cerca de 8.000 ton/ano. A produção aquícola das Ilhas Canárias é responsável pela maior parte desta produção, com 6.300 ton/ano, enquanto as RUP portuguesas produzem cerca de 1.500 ton/ano e as RUP francesas 200 ton/ano.

A piscicultura marinha das regiões ultraperiféricas baseia-se na criação de espécies de elevado nível trófico, como o robalo (*Dicentrarchus labrax*), a dourada (*Sparus aurata*) e o corvinão-de-pintas (*Scienops ocellatus*). Os alimentos utilizados são ricos em proteínas e em energia, constituídos principalmente por óleos e farinhas de peixe provenientes da pesca industrial e da valorização dos coprodutos da pesca.

A incorporação de proteínas de origem vegetal permitiu reduzir substancialmente a proporção de proteínas provenientes da pesca.

A principal despesa de uma empresa de piscicultura, é a compra de alimentos para os peixes. Globalmente, podemos estimar que cada território consome um volume de ração equivalente ao dobro da sua produção. As produções aquícolas das RUP consomem, aproximadamente, 16.000 ton/ano de ração.

Simultaneamente, as pescas nas RUP são responsáveis por quase 34.000 ton/ano de peixe desembarcado anualmente. Estes volumes variam com os territórios: cerca de 10.000 ton/ano nos Açores; 8.200 ton/ano nas Canárias; 6.000 ton/ano na Madeira; 7.500 ton/ano na Guyane Francesa, na Reunião e em Guadalupe (2.500 ton/ano cada); 2.400 ton/ano na Martinica e em Mayotte (1.200 ton/ano cada).

Destes volumes brutos, menos de 50% consiste em carne de peixe diretamente consumível. Assim, estima-se que pelo menos metade destes volumes originem coprodutos: cabeças, espinhas, vísceras.

Sabemos pouco sobre o destino destes coprodutos nas RUP. É provável que, atualmente, a maior parte destes coprodutos seja tratada como resíduos que acabam em aterros ou diretamente no mar, apesar de constituírem uma fonte potencial de proteínas e

lípidos. Isto constitui, por si só, um desperdício nutritivo e financeiro. A recolha e o transporte destes produtos para os aterros, podem também representar um pesado custo para as empresas de pesca, como é o caso da Guyane Francesa, bem como uma desnecessária pegada carbónica. No entanto, os coprodutos da pesca podem ser valorizados de várias formas: extração de óleo, produção de farinhas, hidrolisados, silagem ou fertilizantes, etc. Neste momento, é difícil valorizar os coprodutos da pesca nas RUP, uma vez que os volumes a transformar são modestos para rentabilizar possíveis unidades de valorização.

De acordo com os peritos convidados a apresentar trabalho durante [a reunião do grupo de trabalho “Aquacultura”, de 19 de março de 2024](#), consideramos que é agora oportuno reconsiderar esta hipótese, tendo em conta a evolução do contexto:

- Aumentos regulares significativos do preço dos óleos e farinhas de peixe (atualmente entre 1.500 e 2000 US\$/ton);
- Aumento dos custos de transporte;
- Crises atuais e futuras suscetíveis de perturbar o tráfego marítimo e enfraquecer os sectores da aquacultura RUP;
- A necessidade de aumentar a resiliência dos sectores das pescas e da aquacultura e de reduzir a sua pegada de carbono;
- Criar valor acrescentado e emprego nas RUP através do desenvolvimento da economia circular.

Desde 2014, a União Europeia (UE) compensa as RUP pelos custos adicionais da pesca e da aquacultura. Estes custos adicionais correspondem à diferença dos custos dos fatores de produção entre a Europa continental e as RUP. No caso da aquacultura, o principal custo adicional está relacionado com a importação de rações da UE continental. Ao compensar estes custos adicionais, a UE está, de facto, a financiar o transporte marítimo de rações para peixes, pelo que **recomendamos** que se considere o financiamento de desenvolvimento de soluções locais para valorizar os coprodutos da pesca nas RUP e produzir rações para peixes.

Para viabilizar o exposto, o **Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP)** recomenda aos Estados-Membros, os seguintes estudos e respetivos financiamento, para cada uma das suas RUP:

1- Avaliar o recurso “coprodutos da pesca” em cada território, em termos de espécies capturadas, volumes, composição e sazonalidade;

2- Elaborar um inventário da transformação e da circulação dos coprodutos da pesca, nomeadamente, sistemas de recolha e valorização;

3- Estudar a possibilidade de criar um sistema logístico de recolha destes coprodutos, que respeite a regulamentação e as condições sanitárias e promover o seu estabelecimento;

4- Elaborar um inventário dos condicionalismos regulamentares e verificar em que medida podem constituir obstáculos à valorização dos coprodutos da pesca;

5- Tendo em conta estes condicionalismos (4), definir as melhores opções para valorizar os coprodutos da pesca;

6- Avaliar as ordens de importância em termos de investimento, de custos de produção e de criação de valor acrescentado, para aumentar a eficácia dos apoios;

7- Se a transformação em óleo e farinha se revelar plausível, considerar as possibilidades de apoio ao fabrico de rações para peixes.

**O CCRUP recomenda à Comissão Europeia que:**

1- Estude as possibilidades de valorização dos coprodutos da pesca nas RUP;

2- Estude as possibilidades de produção de alimentos para a aquacultura, a partir destes coprodutos.

O Presidente do Comité Executivo do CCRUP,

---

(David Pavón González)